



OFÍCIO nº 194/2018-CAU/ES

Vitória, 01 de outubro de 2018

Sr. Diretor

**Antônio Júlio Castiglioni Neto**

Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955,  
Sala 401 – Enseada do Suá  
Cep: 29.050-335 – Vitória/ES

**Referência:** Consulta Pública nº 005/2018 – Barreira de Proteção na 3ª Ponte.

Prezado Diretor,

A paralização recente quase que total do trânsito em dois municípios, devido ao fechamento completo da Terceira Ponte por oito horas consecutivas, demonstra um problema grave de mobilidade urbana já sentido e observado pelos cidadãos no cotidiano, mas muito mais evidente nesta ocasião.

O motivo da paralisação na referida ponte foi uma tentativa de suicídio, ato este que tem se tornado frequente naquele local. Este Conselho entende que a preservação da vida deva ser meta prioritária nas ações públicas e sociais e que a instalação de grades na estrutura da ponte poderá sim ser eficaz no sentido de impedir o impulso mais imediato de lançamento ao mar por parte de indivíduos que apresentem a tendência suicida. Porém, sabe-se que o combate a este ato desesperado de atentado contra a própria vida deve ser tratado como assunto de saúde pública e merece receber ações políticas no sentido de prevenir tais casos, não somente com tratamentos adequados, mas também com a criação de um ambiente social saudável, com possibilidades de emprego, moradia e segurança.



Em razão da solução proposta por esta Agência sobre as barreiras a serem instaladas na Terceira Ponte, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo, CAU/ES, vem por meio deste, manifestar a opinião dos profissionais Arquitetos Urbanistas.

Foi realizada uma consulta digital aos profissionais registrados neste Conselho e que resultou num total de 147 contribuições, com opiniões e sugestões. Deste total, somente 12% dos profissionais participantes aprovam a solução técnica apresentada e em discussão.

Os demais profissionais, ou seja, 88% dos que responderam nosso questionamento, reprovam ou sugerem maiores estudos técnicos.

Quanto aos aspectos técnicos das barreiras definidas no projeto a ser implementado, vários são os pontos críticos apontados pelos arquitetos.

A definição da tipologia de barreira e do material a ser utilizado foram definidos exclusivamente com base nas necessidades de segurança e no orçamento de execução. Foram negligenciados então diversos aspectos altamente relevantes para a sociedade como a alteração da configuração de um cartão-postal da cidade, a interferência causada pela barreira na visualização do Convento da Penha e dos marcos geográficos do entorno a partir de diversos pontos de Vitória e Vila Velha, a manutenção da visibilidade destes pontos turísticos e históricos para o observador que se encontra sobre a ponte e ainda a própria estética do elemento, que remete a grades e a uma clara imagem de condição prisional.

Este Conselho defende que são necessárias intervenções na estrutura da Terceira Ponte, que é forte ponto de conexão entre Vitória e Vila Velha e rota prioritária de muitos cidadãos no trajeto trabalho - casa. Tais intervenções, porém, não devem ser pontuais, no sentido de eliminar de maneira imediata somente o problema dos frequentes suicídios e consequentes bloqueios dos acessos.

A Terceira Ponte necessita de um estudo ampliado que envolva as questões de segurança, mas também as questões de mobilidade urbana, na resolução do



incontestável acúmulo de veículos de pequeno porte nas rotas de acesso à ponte e os constantes engarrafamentos. São antigas as solicitações, por exemplo, de possibilitar o acesso e trânsito de bicicletas sobre a ponte, o que auxiliaria de maneira exponencial a circulação de pessoas entre os municípios de maneira sustentável e de baixo custo, visto a reduzida extensão da ponte, com somente 3,33 km.

Atualmente, a implementação de ciclovias e ciclofaixas tem se mostrado como solução urbana e de trânsito muito positiva na melhoria das possibilidades de transporte, redução dos custos de locomoção, eliminação da poluição provocada pelos veículos e aumento da realização de atividade física pelos cidadãos. Não existem planos de mobilidade atualmente que não contemplem essas estruturas, prioritariamente conectadas a outros modais de transporte público como o rodoviário e aquaviário.

Neste sentido, nossa sugestão é pela realização de concurso público de projeto ou pela criação de uma comissão técnica, com profissionais das áreas de arquitetura, engenharia e segurança, para que seja desenvolvido um modelo de intervenção que contemple os diversos pontos explicitados acima e que não agrida a paisagem urbana tão venerada pelos capixabas.

Esta semana, através da nossa Assessoria de Imprensa, disponibilizamos aos jornais o estudo de um de nossos Conselheiros, o arquiteto Heliomar Venâncio, para a criação de uma ciclovia nas laterais na Terceira Ponte com as devidas proteções. Gostaríamos de enviar este projeto para a consulta pública, porém o espaço e os modelos disponibilizados permitem somente sugestões relacionadas à estrutura já projetada, sem abertura à novas propostas.

O estudo do nosso Conselheiro poderia ser o ponto inicial de uma discussão mais ampla a respeito das reais necessidades desta Ponte tão importante para a nossa região metropolitana e inclusive poderia incentivar novas propostas de outros profissionais, trazendo o envolvimento das comunidades técnicas e acadêmicas para esta importante discussão.



Diante de todo o exposto, este Conselho se coloca à disposição como órgão técnico consultivo quaisquer que sejam as problemáticas que envolvam aspectos construtivos, urbanos, paisagísticos e de patrimônio histórico.

Cordialmente,

---

Liane Becacici Gozze Destefani  
Presidente do CAU/ES